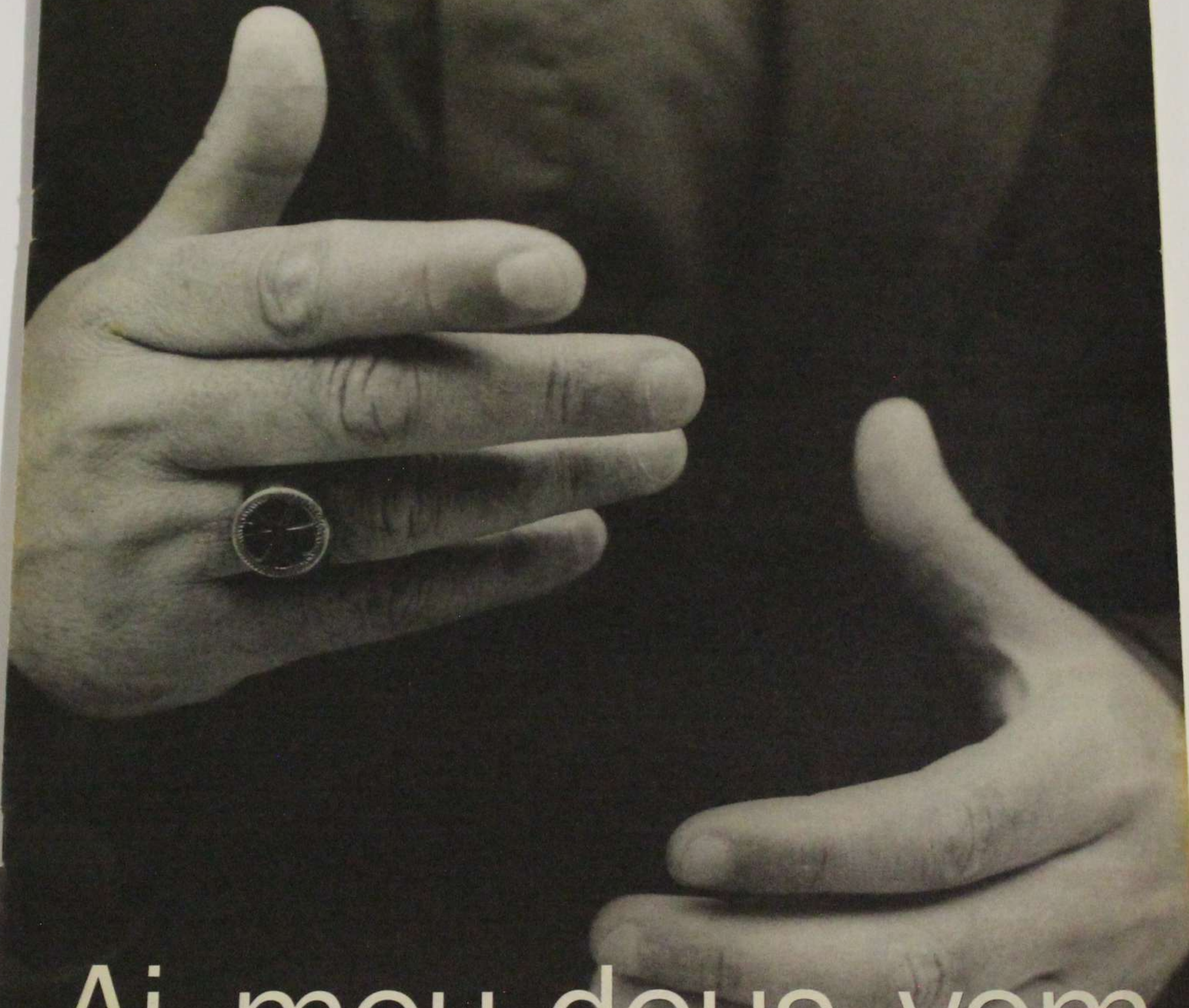


SABADO - N.º 188
2 DE SETEMBRO DE 2000

DNa



Ai, meu deus, vem aí o Big Brother...

... E O DNA ENTREVISTA D. MANUEL CLEMENTE, QUE NEM FALA NO ASSUNTO, MAS É UM HOMEM DA IGREJA, AINDA POR CIMA MODERNO NO PENSAR

D. Manuel Clemente

«Paciente serei, mas julgo que terei outra característica que é ser persistente. Sou bastante fiel às minhas motivações e propósitos. Se tenho uma ideia... aquilo não vai neste ano, vai no seguinte»

ENTREVISTA DE TERESA MAIA E CARMO
FOTOGRAFIAS DE JORGE NOGUEIRA

D. Manuel Clemente, 52 anos, tem o gesto largo e a palavra certa. Na visita guiada que faz com orgulho ao edifício do seminário dos Olivais, de que é Reitor, pasma com naturalidade perante o efeito da luz nas esculturas. O projecto de Pardal Monteiro mantém intacta toda a coerência arquitectónica de origem, da sobriedade total nos corredores rasgados por janelas imoderadas ao mobiliário de linhas puras (que bem ficavam aqui, aquelas secretárias da Biblioteca). Até a bellissima capela é integralmente assinada: vitrais de Almada, esculturas de Leopoldo de Almeida e candelabros de origem – lá fora, amplos jardins. Nada como

Além da vocação apostólica e sólida cultura, o

Bispo Auxiliar de Lisboa não tem medo nenhum

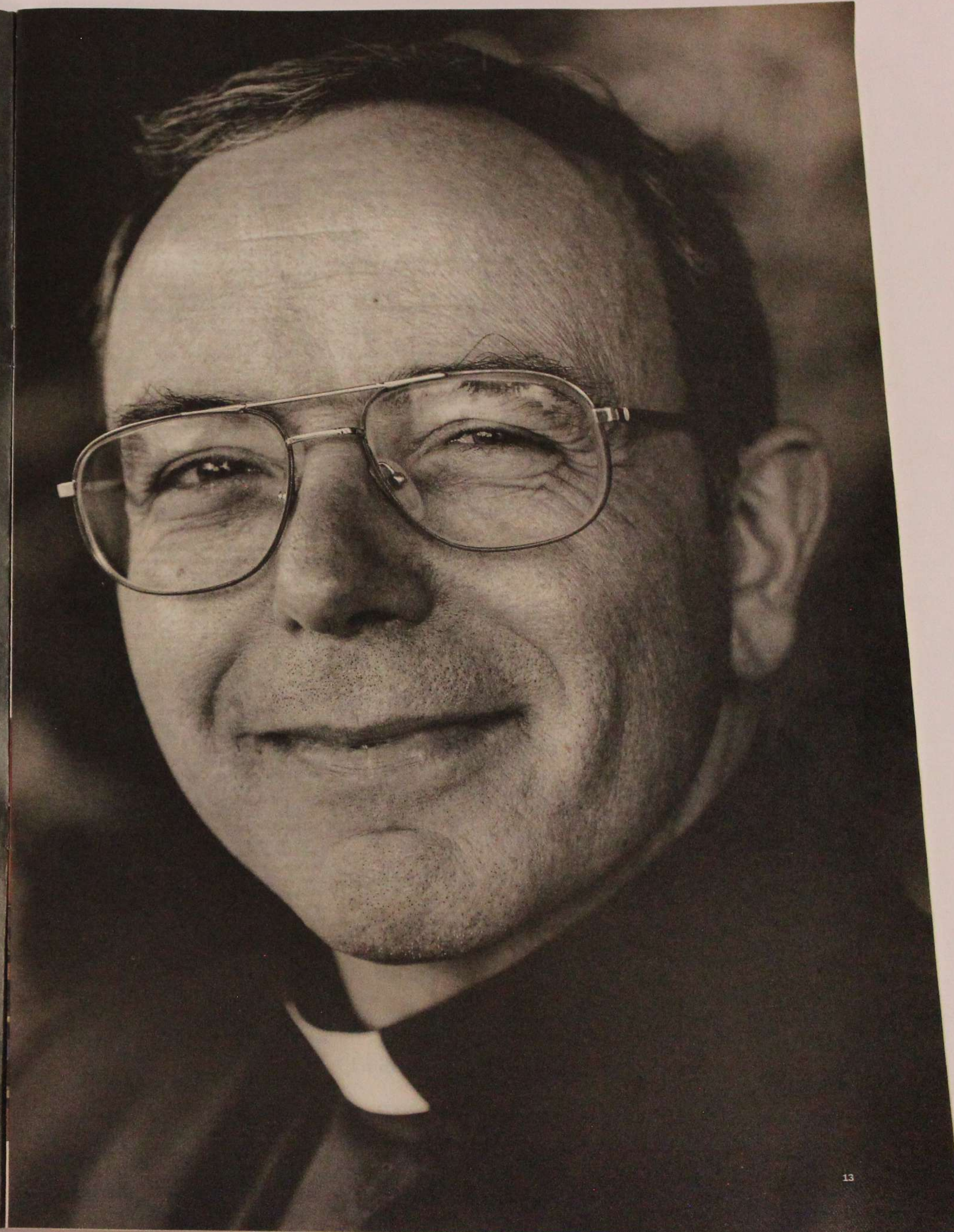
do que é de agora. Forma no terreno os novos

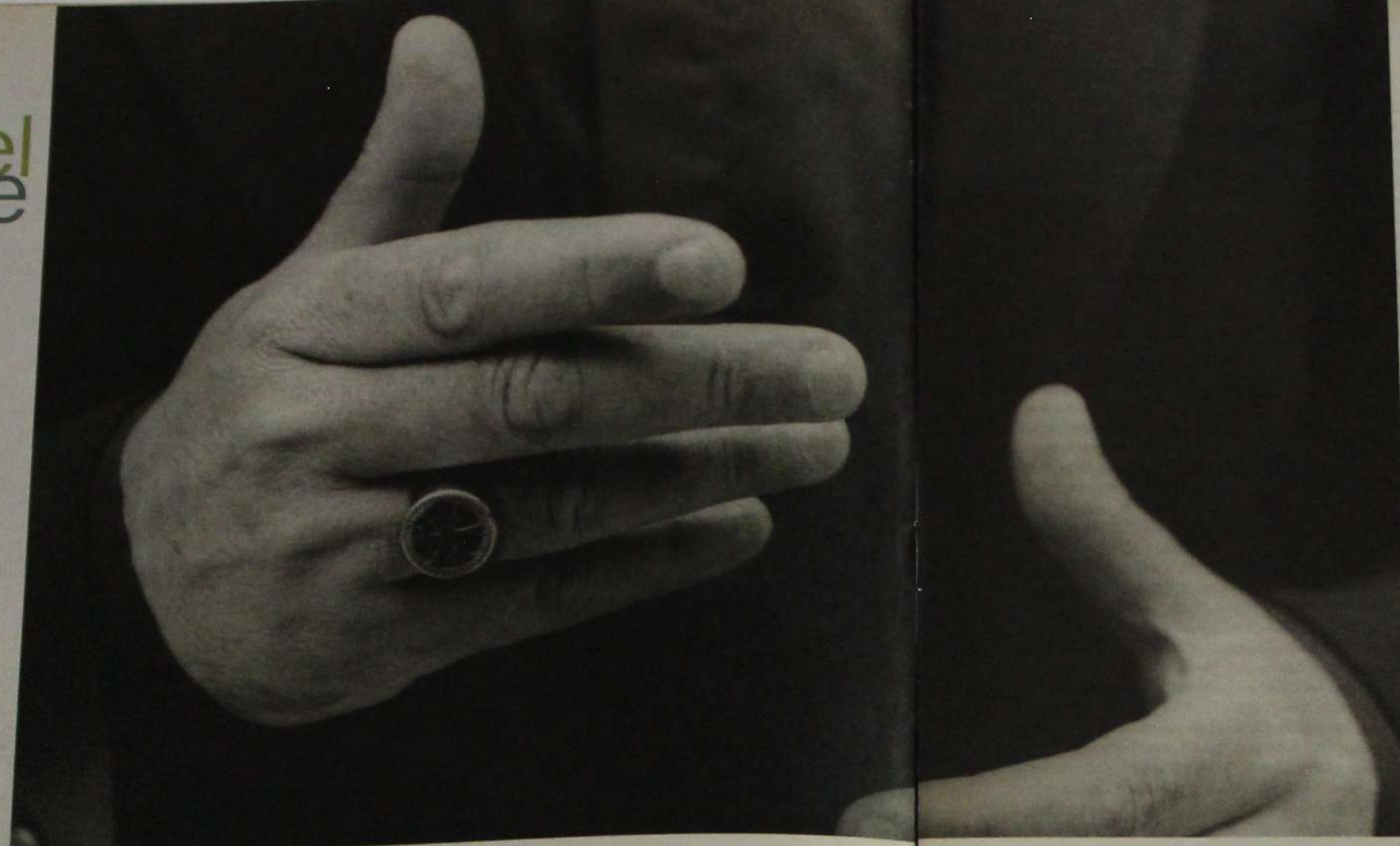
padres e define a sua missão como a de atador

de portas, todas as que estão por aí à solta. Um

Bispo com atitude

a imagem soturna que temos dos seminários carregados de manhãs submersas, que mais convidavam à depressão existencial que à elevação espiritual. O preâmbulo espacial serviu bem para perceber que uma pessoa é de onde melhor se sente. O sr. Reitor, nado e criado em Torres Vedras, sente-se ali bem. Ordenado Bispo no último Janeiro, imagina a sua missão como a de um «atador de pontas» às quais aplica a energia do marinheiro em nós que se vejam, com a paciência típica de um filho e neto de moleiros. Ri-se muito e hesita pouco, responde sempre. Do celibato ao preservativo, da ordenação de mulheres à Concordata ou à lei da liberdade religiosa. Tem duas Licenciaturas, História e Teologia, é doutorado em Teolo-





«A relação masculino/feminino e unidade/uniformidade está em aberto. Há aí algumas questões não resolvidas: a primeira é exactamente o saber se igualdade significa uniformidade. Essa questão não está resolvida nem na sociedade nem na cultura»

é até um anti-poder, porque Jesus Cristo tem frases fortíssimas no Evangelho em relação a isso. Os discípulos muitas vezes olhavam para Jesus como poder e queriam também ter poder. E Jesus dizia que isso não faz sentido nenhum porque... «Eu estou ENTRE vós». Os Papas, desde o séc. VI, costumam pôr no fim dos documentos o nome – e depois «servo dos servos de Deus».

Há tempos um jovem que entrevistei dizia-me que a Igreja tem um «conselho de administração» indigno da instituição a que preside. No sentido, partilhado por muitos de resto, de que todo o fausto e secretismo praticado pelo Vaticano, impressiona. Essa ideia de serviço nem sempre é a imagem que passa...

– Mas tem que passar! Pessoalmente, sempre me chocou o comércio aviltante de que vive Fátima, que faz lembrar os vendilhões que Jesus expulsou bravamente do templo. A forma como o Vaticano se construiu, um Estado fortíssimo, de uma riqueza tremenda, uma autêntica fortaleza ali dentro de Roma... Como explica essa contradição?

– Julgo que parece mais do que é, realmente. Porque mesmo em termos de finanças aquilo anda às vezes muito nas linhas. A maior parte do que no Vaticano impressiona – e acho que deve impressionar bem – é exactamente a beleza e a arte. É um património que foi acumulado ao longo de séculos pelo facto de ser a maior e mais antiga instituição da humanidade, tem 2000 anos! É um património que o Vaticano procura administrar bem e expô-lo a todos.

Mas há-de concordar que anda um tanto desfasado do mundo real... As separações e divórcios: apesar de ser hoje um dado banal, a Igreja continua a aceitar apenas as declarações de nulidade e, muito excepcionalmente, o privilégio paulino (conflito religioso entre o casal). Na prática, sabe-se que existe uma pastoral para numerosíssimos cristãos que vivem em situações destas (divorciados). Pastoral, aliás baptizada com um nome pouco feliz: a dos «mal casados»...

– Esse termo não é oficial...

Que esperança podem ter casais cristãos, com separações e segundos casamentos, de não serem afastados da comunidade, excomungados?

– Primeiro, é preciso dizer que esses cristãos são baptizados, têm fé, não estão fora da comunidade. A questão é a comunhão sacramental que, mais do que um acto, é um estado de vida. No sacramento do matrimónio os ministros são os esposos. Se um homem e uma mulher, de maneira consciente e responsável, diante de Deus e da Igreja, dizem um ao outro que se aceitam para fazer um casamento com as propriedades do casamento cristão, ou seja uno e indissolúvel, o que estão a fazer não é a prazo. Se o dizem e a Igreja ouve e autentica, não tem poder para dizer que aquilo não aconteceu. A não ser que se verifique que não tinham condições pessoais, físicas, psicológicas, etc, para o fazer. Já acompanhei dois desses processos como testemunha e os ambos resultaram em declaração de nulidade. Isso é que implica uma outra atenção. Devemos desenvolver os nossos esquemas de acompanhamento desses casos, não só na sua prevenção – porque muitos estariam prevenidos se tivéssemos mais cuidado no acompanhamento dos noivos – mas também no seu tratamento canónico.

O certo é que voltámos a ver os jovens casarem cedo, como dantes, e religiosamente apenas por uma questão de moda. Um casal com 21 ou 22 anos, que casa pela Igreja porque a festa é «mais bonita», pode ser considerado preparado espiritualmente para assumir o ministério? É que esse é o prato do dia.

– Para muito padres é um trabalho tremendo pôr um pouco de bom senso nisso. Eu só uma vez aconselhei uns noivos a não casarem. Porque realmente ele não tinha fé nenhuma, ia fazer um enorme frete. Mas não queira saber o que ouvi dos pais da noiva! Só lhes disse «pensem, porque não estão minimamente preparados para fazer uma coisa deste género, que é muito séria». Está até a valorizar-se a cerimónia de noivado para que eles próprios se consciencializem que entram numa fase mais responsável da sua vida. Depois um acompanhamento, como aliás em relação à vida cristã em geral. Essa história da formação contínua não é só para o resto...

A Universidade Católica tornou-se na mais prestigiada do ensino superior privado. O facto de as propinas serem tão caras não faz com que o ensino seja extremamente elitista, um pouco ao contrário da missão que, julgo, seria a da Igreja?

– Temos um sistema de bolsas que funciona. Hoje não são muitos os casos de alunos que tendo corrido à Universidade Católica e sido aceites, não a possam frequentar só por questões económicas. Isso põe outro problema que é o do financiamento do ensino o que, em termos democráticos, me levanta algumas interrogações. O Estado serve ou faz a sociedade? Se faz, tem determinada ideia e impõe-na através dos seus serviços, deixando de fora franjas mais ou menos residuais. Se serve a sociedade, tem que ter uma atenção muito grande aos excluídos para não deixar ninguém desamparado. Depois, gere as finanças e contribuições de todos. Se boa parte da sociedade portuguesa acha importante que determinado estabelecimento de ensino forme os seus filhos, o Estado deve dar a essa parte o correspondente dos dinheiros para a educação. Seja uma universidade católica ou de outra confissão religiosa.

Isto leva-nos directamente à questão polémica da Concordata. Celebrada em 40 na sequência da «questão religiosa» serviu sobretudo para ressarcir a Igreja da perda de bens patrimoniais originada pela República. É consensual a revogação de alguns artigos, até porque feridos de inconstitucionalidade. Faça-me o ponto da situação: a lei da liberdade religiosa avança antes da Concordata?

– Vamos lá a ver... O que se vai passar exactamente não sei porque a bola está do lado do Estado. A Concordata foi feita pelo Estado português em 1940, e refeita em 1975. Diz-se que é do tempo do salazarismo mas, em 1975, quando se tirou e modificou o artigo que proibia que os casados catolicamente recorressem ao divórcio civil, não foi só isso. Em 1975 o Estado Português, por sua vontade, fez um acordo com a Santa Sé repondo-a em vigor, achando-a útil. Se a quer rever, não temos nada que nos oponha. Nós, cidadãos como os outros, pelo facto de o sermos temos todo o direito de promover o nosso culto religioso (desde que não ofendamos ninguém) porque

«Jesus Cristo disse, nos dias da Quaresma, que veio a este mundo para unir os filhos de Deus que andavam dispersos. É uma definição extremamente interessante do que o cristianismo pode ser»

o achamos benéfico, para nós e para os outros. Que outros o façam com iguais convicções, não há problema nenhum. Se o Estado quiser reconhecer a utilidade social de acções das outras confissões religiosas, como reconhece as da Igreja Católica, nada a opor. Se quer rever a lei da liberdade religiosa, revê e está no seu direito.

Mas há aqui uma contradição de fundo: fazer uma nova lei da liberdade religiosa e depois não rever a Concordata...

– O primeiro ministro disse que não tinha nada a ver uma coisa com a outra.

E não terá por causa disto: em 1940 e em 1975 o Estado português entendeu que a Igreja católica como instituição tem um papel muito particular na sociedade portuguesa. E que essa realidade precisava de ser atendida de uma maneira especial. Porque no fundo a justiça não manda tratar igualmente aquilo que é diferente. Dar a todos as mesmas oportunidades e dar a cada um o que é devido. Se o Estado português, fazendo uma lei da liberdade religiosa, continuar a achar que a Igreja católica tem na sociedade portuguesa um papel que precisa de ser regulado de forma especial... Por exemplo nas questões do património, contempladas na Concordata...

E já tem havido problemas...

– Isto não requer um acordo especial, para ver como se gere? Isto acontece com a Igreja católica, e com mais nenhuma confissão religiosa em Portugal...

Mas isso não está estabilizado – o que é da Igreja e o que é do Estado?

– Não só o que é deste ou daquele, é como se gere de uma maneira consensual e em conveniência dupla esta realidade. Há que reconhecer que isto tem que ter um tratamento especial, apesar de haver uma lei de liberdade religiosa. Em relação a isto como a outras coisas...

E a questão difícil das isenções fiscais? A Igreja tem isenção de IVA numa série de matérias...

– Não são muitas. São as que estão destinadas afinal a quê? Ao tratamento das paróquias, às fábricas paroquiais como se dizia no séc. XVIII. A fábrica é tudo o que permite o funcionamento de uma instituição, porque se reconhece a sua utilidade social.

Admite que outras confissões também possam ter isenções fiscais?

– Com certeza.

E o que pensa dos 0,5% que os contribuintes poderão destinar para as confissões religiosas? Ou instituições como a Amnistia Internacional ou a Cruz Vermelha.

– De princípio não tenho nada a objectar. É um sistema que existe nalguns países, é outra maneira. No sentido que lhe disse atrás, em que o Estado administra os bens da sociedade de acordo com a vontade desta e não de acordo com qualquer espécie de iluminismo político. E por aí que temos de começar. Porque depois já são escolas de pensamento e é escusado entrarmos em polémicas ou descontextualizar coisas que aconteceram há cem anos ou mais, num ambiente completamente diferente. Não vale a pena agitar fantasmas nem papões: as pessoas conversam e entendem-se e creio que todos nós nessa base humanae social havemos de encontrar caminho.

Foi relevante para não se aprovar a lei da liberdade religiosa o facto de serem só 150 mil (estimados) os eleitores pertencentes a uma confissão não cristã?

– Não sei. Queria ver essas contas mais de perto, não lhe sei responder.

Uma das questões que se coloca com esta lei é a própria definição de religião. Enquanto professor, como a define? Ou, se quiser, que critério vai servir para distinguir o trigo do joio?

– A religião tem várias definições e, muito rapidamente, a primeira é o próprio termo que tem a ver com uma religião. Todo este sentimento e a prática consequente que religa o indivíduo àquele que o explica, o garante, o espera, aquele a que vulgarmente chamamos Deus. Isto é a atitude religiosa em si. Geralmente tem uma concretização sociológica também: esta crença partilha-se, distribui-se, convive-se e então temos as religiões. As vezes tem sentido mais técnico. Fala-se de religiões no sentido das ordens religiosas porque as pessoas ali dentro estão ainda mais ligadas à volta de determinados costumes, da ligação a um fundador. Portanto, a palavra religião tem sentidos muito amplos. Por isso admito que para um legislador não seja fácil. Como tenho uma base histórica não sou insensível à argumentação da duração.

O argumento de existirem há mais de 30 anos (nessa altura não havia em Portugal liberdade religiosa) não serve sobretudo para excluir a IURD e a MANA, com uma implantação já considerável mas evidentemente não observando essas condições?

– Se fosse com a finalidade de excluir teria muitas reservas porque, mais uma vez, não é o Estado que faz a sociedade, é ela que existe por si na liberdade e na responsabilidade. Em Portugal há o problema específico de há 30 anos ainda não haver liberdade religiosa e portanto não poder funcionar, mas muitos deles funcionavam lá fora... O Estado como órgão comum ao serviço deste mesmo bem, deve zelar para que ninguém prejudique ninguém.

Então como é que isso se resolve?

– Não é fácil. Garanto que não e tenho acompanhado a questão com muito interesse. Na medida do possível, sou sensível ao critério da duração, já expliquei porquê. É o tempo que manifesta a realidade. Não é por acaso que o cristianismo é uma religião histórica. E o Evangelho diz que as árvores conhecem-se pelos frutos. Eu, em princípio admitiria na medida dos estatutos, dos propósitos, com que se comprometam essas organizações religiosas a dar-lhes existência pública e depois estaria atento ao decorrer...

Portanto, primeiro abria depois acompanhava... O que acha do cristianismo pimba do padre Rossi, por exemplo?

– Não sei, Teresa, eu não sou brasileiro... Já lá estive duas vezes, aquilo é um mundo completamente diferente do nosso. Eu aqui, ocidental, latino e lisboeta não me vou pôr a dar sentenças sobre realidades que não são as minhas. Agora, para a minha formação e sensibilidade, não sei se me sentiria bem naquelas assembleias. No caso do padre Rossi, o que vi e ouvi é que tenta ser muito acompanhado pela Igreja lá, até com envolvimento pessoal do bispo.

Não é, portanto, uma palhaçada?

– Não me parece. E não teria o direito de o dizer. Pode não ser da minha sensibilidade, mas a gente

D. Manuel Clemente

«Muitas vezes não se lêem os documentos – pega-se numa encíclica, e reduz-se aquilo a uma proibição, quando o que lá está é a proposta de outra coisa... Quer dizer: meu caro amigo nós temos este problema concreto para resolver, vamos resolvê-lo já – preservativos! Não é uma questão de borracha: é uma questão de pessoa.

O que significa ter ou não aquela actuação sexual genital, em termos de projecto de vida... Depois há um campo aberto ao bom senso e à aplicação pastoral que é aquilo que qualquer cristão que queira pensar as coisas mais a sério vai fazendo. Agora, é bom pensar em termos de futuro, porque estamos a resolver estas coisas com borracha é muito pouco...»

também tem que fazer caminho com os outros e aceitar que para eles aquilo seja muito importante. Há uma regra de ouro nestas coisas todas que é a da caridade.

O Padre Rossi é um bom comunicador. Em Portugal boa parte das missas são, perdoe-me a franqueza, uma chatice! Para se ser Padre não é preciso ter também o dom da palavra?

– Agora já vou a mais missas, porque dantes só ia às que celebrava, estou mal colocado para avaliar... mas reconheço que haverá muita coisa a mudar. Disse-lhe que uma das coisas determinantes da minha vocação foi um ambiente muito belo das celebrações de infância. A realização humana das nossas comunidades, tudo o que se fizer no sentido de as pessoas se integrarem, é a base para esse ambiente caloroso. Nas missas Dominicais, um quarto da população portuguesa reúne-se de forma gratuita, inter-étnica, inter-cultural e isto não existe em mais lado nenhum da nossa sociedade. Já de si é muito importante e um grande trabalho do espírito de Jesus Cristo congregar esta gente. Mas pode e deve ser ainda mais potenciado.

O actual cardeal patriarca D. José Policarpo tem dado mais entrevistas que todos os seus antecessores juntos. O sr D. Manuel participa com regularidade nos programas «Fé dos homens» e «Eclesia». Mas após o falhanço do projecto TVI como canal afecto à Igreja, equaciona a hipótese de vir a ter um canal temático no Cabo? Ou a Igreja não pensa em acções de comunicação?

– Acções de comunicação pensa e tem que pensar. Jesus Cristo diz: «aquilo que vocês ouvirem em particular, apregoem nos telhados». Portanto, isto é uma ordem! O Papa Paulo VI diz o seguinte, em 1975: os outros com certeza que se salvam – mesmo não conhecendo Jesus Cristo expressamente – se agirem de acordo com a sua consciência, mas eu salvo-me se, experimentando como é bom conhecer Jesus Cristo não me desinteressar completamente de o comunicar aos outros. É assim que a questão tem que ser posta...
Então, respondendo à minha pergunta, a Igreja sempre terá um canal no cabo?

– Em termos concretos não ouvi nada disso, mas não é uma hipótese fora de ideia. Até porque já te-

mos programação religiosa diária, concretamente na «Eclesia»... É importante e desejável. Como também é desejável a presença da Igreja na comunicação social em geral. Num jornal, por exemplo, seria uma maneira de saber constantemente qual é a nossa posição de fundo em relação às várias temáticas que surgem... Exigindo um exercício de reflexão, não só a bispos e padres, mas a muito bons leigos especialistas de diversos assuntos. Mas existem receios até porque poderia ser uma aventura económica complicada e a Igreja lida com o dinheiro e a boa vontade dos crentes, portanto, isto tem que ser muito respeitadinho e bem aplicado. Como diz o Evangelho, quem quiser construir uma torre, primeiro senta-se a fazer os cálculos.

Este Papa tem um dos pontificados mais mediáticos de sempre. Graças à globalização informativa qualquer coisa que faça tem um impacto planetário imediato. Fale-me dos recentes e sucessivos perdões: são mera cosmética, operações de relações públicas, uma atitude para um milénio que se quer diferente?

– Vamos antes de mais à acção estimulante do Papa. Porque é absolutamente invulgar que quem está no centro de uma instituição como a Igreja católica tenha esta capacidade de pôr diante dele e dos homens a realidade do que se viveu. A sua parte positiva (do Jubileu também faz parte a memória dos mártires), mas também aquilo que tardámos em ser consequentes com o Evangelho e muitas vezes o contrariámos à letra. Isto é de uma enorme liberdade espiritual! No sentido de que ao Papa a única coisa que interessa é fazer coincidir a Igreja com Cristo – este Papa é um apaixonado por Jesus Cristo como poucos. Acho que isto nos faz muito bem... A experiência viva da fé, ultrapassando o sempre foi assim, foi assim que me ensinaram – por qualquer coisa que seja realmente descoberto e optado, em termos pessoais e comunitários. Realizado na prática da fé e da caridade, como coisa consistente. É isso que ele quer.

Isso tem acontecido na América Latina, com as famosas comunidades eclesiais de base, e com a teologia da libertação. Há quem o atribua ao facto de, ali, a Igreja ter feito uma opção muito clara pelos pobres. Em Portugal parece que nem por isso, e pobres não faltam...

– Sim, pobres não faltam. E que participem cada vez mais na vida da Igreja e que Ela seja um lugar onde eles possam partilhar o Evangelho e as suas vidas, encontrar caminhos de esperança e solidariedade para resolverem os seus próprios problemas, isso com certeza.

Pensa nisso em relação aos toxicodependentes que, de entre os pobres são os mais pobres e desvalidos?

– Claro, e no sentido mais amplo do termo. Eu conheço, e provavelmente também conhece, muita gente, padres e leigos, profundamente empenhados na luta contra a toxicod dependência e até com iniciativas próprias. A participação geral da Igreja em muitas iniciativas, em termos de donativos, isso há, mas tem de haver mais... Porque o que o cristianismo tem de ser mais convincente. É que as coisas do céu não são ditas lá, são ditas na terra.

O calcanhar de Aquiles do Papa é tudo o que esteja ligado ao sexo. A contracepção, a homossexualidade e por aí fora. Como comenta a extraordinária questão do preservativo?

– Em relação a todas essas questões, se formos ver bem, o problema não é o sexo. É a pessoa. O entendimento que temos do que é o homem ou a mulher, e também da sua sexualidade, que é muito mais do que a funcionalidade genital... Não como qualquer coisa de episódico, mas como projecto de vida. Uma sexualidade que há-de significar a entrega desta ou daquela maneira, quer por acção quer por abstinência, porque das duas maneiras as pessoas se entregam.

Recentemente numa entrevista aqui no DNA dizia-se que os padres também têm sexualidade.

– Exactamente. Toda a gente ou é homem ou é mulher, portanto exprime-se sexualmente. E nesse sentido a sexualidade é uma coisa muito mais ampla do que a genitalidade propriamente dita. Obviamente, quem opta pelo celibato no sentido de ter uma disponibilidade geral e não uma realização particular

(uma família), a sua maneira de se exprimir é pela abstenção genital, porque não vai procriar...

Uma abstenção?

– Exactamente, uma abstenção activa no sentido de que isso o torna mais disponível para o serviço. Muitas vezes não se lêem os documentos – pega-se numa encíclica, e reduz-se aquilo a uma proibição, quando o que lá está é a proposta de outra coisa... Quer dizer: meu caro amigo nós temos este problema concreto para resolver, vamos resolvê-lo já – preservativos! Não é uma questão de borracha: é uma questão de pessoa. O que significa ter ou não aquela actuação sexual genital, em termos de projecto de vida... Depois há um campo aberto ao bom senso e à aplicação pastoral que é aquilo que qualquer cristão que queira pensar as coisas mais a sério vai fazendo. Agora, é bom pensar em termos de futuro, porque estamos a resolver estas coisas com borracha é muito pouco...

Já temos ouvido a posição da Igreja face às novas seitas. Mas gostava que me falasse do Opus Dei, do qual se fala muito pouco. Protegido pelo Vaticano, recebeu até a benção Papal, mas entende-se mal a existência de um movimento cristão com características tão elitistas, feito de banqueiros e decisores em geral, com contornos de seita ou pelo menos sociedade secreta...

– A Opus Dei, desde a fundação com Monsenhor Escriva, dedica-se sobretudo à formação do laicado. E nesse aspecto teve traços de precursora, nos anos 20 e 30. Muitas vezes se lê e se diz, e parece que é o que a Teresa quer dizer, que eles se dedicam especialmente às elites sociais – mas isso não é exclusivo do Opus Dei. É entendido por vários movimentos de evangelização que valorizam sobretudo as pessoas que depois podem determinar os respectivos ambientes. É é recorrente na história da Igreja. Realidades como a evangelização dos pobres a seguir às invasões bárbaras...
Mas agora que estamos à beira do séc. XXI, não acha que já basta de confusões entre o poder es-

«Nós temos todo o direito de promover o nosso culto religioso (desde que não ofendamos ninguém). Que outros o façam com iguais convicções, não há problema nenhum. Se o Estado quiser reconhecer a utilidade social de acções das outras confissões, como reconhece as da Igreja Católica, nada a opor»

piritual e o temporal? Na sociedade portuguesa, mais depressa se assume um Maçon do que um Opus Dei.

– Eu não tenho tido essa dificuldade. Eles definem-se essencialmente como cristãos. O facto de serem Opus Dei, para eles não tem que ser secundário mas não é essencial. A pergunta a fazer é: quando isto acontece nós conseguimos realmente evangelizar os ambientes ou somos profanados por eles? Devo dizer que nalguns casos de pessoas que conheço ligadas à Opus Dei, quer leigos quer padres, esta preocupação evangélica é fortíssima.

São acusados de terem posições super conservadoras. Reaccionaríssimas.

– Pois é... é a sua opinião (risos)

Ok... Outro assunto relativo às relações da Igreja com o Poder: Ter um primeiro ministro assumidamente católico tem favorecido a Igreja?

– Nem favorecido nem desfavorecido. Creio que se tem tudo mantido no seu lugar... Pode ser importante e motivador para muitos católicos perceber que as suas confissões religiosas podem levar muito longe no compromisso político e no serviço dos cidadãos. Nesse sentido, sim. Nos outros, não.

Qual é a sua oração favorita? Não vale dizer «O Pai nosso»...

– Além da Eucaristia, e muito especialmente o momento mais denso em que o padre em nome de toda a Igreja consagra, aquelas palavras que repito inúmeras vezes para me incluir nelas cada vez mais... Isso, em primeiro lugar. Depois, a liturgia das horas: os ofícios, as vésperas, as leituras que ao longo do dia devemos rezar. É para mim um elemento de formação permanente, e os salmos de uma maneira especial. Conseguiram naquelas 150 orações transmitir tão bem a alma humana e religiosa, com uma tal força e com uma incidência tão diversificada nas diversas situações e espaços das sensibilidades e preocupações de cada um, que é uma oração sempre surpreendente. ■

www.isgb.pt

Consulte o site do Instituto Superior de Gestão Bancária.
O seu futuro passa pela internet.



O Instituto Superior de Gestão Bancária está exclusivamente vocacionado para a formação de quadros do sector financeiro. É um estabelecimento de ensino especializado num mercado que está em constante evolução e que cada vez mais recorre a profissionais com alto grau de formação. Visite o nosso site e saiba como se preparar para uma carreira com futuro.

Licenciatura em Gestão Bancária
Licenciatura em Organização e Sistemas de Informação
Pós-Graduação em Mercados Financeiros

Para mais informações contacte: 15GB Lisboa - 21 791 42 18
15GB Porto - 22 537 64 85 www.isgb.pt - e-mail: isgb@isgb.pt



Instituto Superior de Gestão Bancária.